



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0003880-43.2022.6.05.8000
INTERESSADO : ASSISTÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E TRANSPORTE
COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
ASSUNTO : Pregão nº 32/2022. Desistência da proposta após adjudicação.

PARECER nº 499 / 2022 - PRE/DG/ASJUR

1. Mediante doc. nº 2005734, a empresa Bravo Sierra Empreendimentos Eireli, ora declarada vencedora e adjudicatária do objeto do Pregão nº 32/2022 (docs. nºs 2001320 e 2001323), apresenta *"carta de desistência de proposta"*, argumentando, em síntese, não ter observado *"a profundidade e abrangência dos serviços a serem prestados"*, com execução prevista para ocorrer em *"várias cidades e interior da Bahia"*, fato que exigiria *"uma capilaridade e capacidade de investimento"* que poderia *"prejudicar a saúde financeira do negócio"*, e, por consequência, interferiria na *"lisura, transparência e retidão"* do processo licitatório deste Tribunal.

1.1. Pede, ainda, que não lhe seja aplicada qualquer uma das sanções previstas no ato convocatório, salientando, neste ponto, *"a responsabilidade, seriedade e correção da Bravo Sierra Empreendimentos no decorrer do processo"*.

1.2. Não obstante, afirma que, caso a Administração decida pela aplicação de alguma penalidade, *"a BRAVO SIERRA pede para ser desconsiderado o pedido de desistência da proposta e prefere honrar e dar prosseguimento ao processo de contratação e executar os compromissos assumidos, mesmo com as dificuldades que por ventura venham a ser constatadas"*.

É o que merece relatar.

2. Sem maiores delongas, inclusive porque os serviços em questão também visam atender demandas relacionadas às eleições, conforme se registra no respectivo ETP (doc. nº 1870374, tópico 2), entendemos que a situação enquadra-se, a rigor, na hipótese de não manutenção da proposta, vez que o certame já alcançou a fase de adjudicação, restando tão somente a derradeira homologação.

3. Neste ponto, o edital prevê:

"16.1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

- a) **não mantiver a proposta, injustificadamente;** (grifo atual)
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;

- g) não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho;
- h) recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou a receber ou retirar a nota de empenho;
- i) não executar o objeto licitado;
- j) retardar a execução do objeto licitado;
- k) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

16.2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

3.1. Na mesma linha, a Lei nº 8.666/93, ao prever que *"após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão"* (art. 43, § 6º).

4. Nesse contexto, as razões para a *não manutenção da proposta* devem ser analisadas em procedimento de apuração de responsabilidade, a fim de que a Administração defina pela aplicação ou não da correspondente penalidade. No particular, a Portaria PRE/TRE nº 308/2022 reza:

"Art. 27. Conforme artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e artigo 49 do Decreto n.º 10.024/2019, poderá ser aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de outras sanções previstas no edital, quando da ocorrência das condutas a seguir relacionadas, realizada a dosimetria da pena, nos seguintes termos:

(...)

V - não mantiver a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;"

(...)

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se:

II - não manter a proposta - a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda **o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva**, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;"

(grifos atuais)

4.1. Em análise perfunctória ao pleito da licitante vencedora, é possível constatar que a questão versa sobre aparente inexecutabilidade da proposta. Esse exame é feito no curso do certame, à luz das seguintes condições:

"10.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

(...)

10.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

10.6. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua executabilidade."

4.2. Não se registrando, até então, qualquer informação neste sentido, e, ao contrário, tendo sido aceita a proposta pelo Pregoeiro, com consequente classificação e adjudicação em favor da Bravo Sierra Empreendimentos Eireli, a princípio, não se justificaria a posterior retirada, sob tal alegação.

5. A essa altura, cumpre ressaltar que a Administração poderia optar pelo indeferimento do pedido da licitante, com consequente prosseguimento do certame, a fim de caracterizar-se a situação prevista na condição 14.6 do ato convocatório, *ipsis literis*:

"14.6. **A recusa em formalizar o ajuste**, no prazo estabelecido na condição 14.4, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002." (destaque aditado)

5.1. Todavia, *smj*, a celeridade será melhor alcançada com a imediata retomada da licitação, para que o Pregoeiro proceda à desclassificação da proposta da requerente, e, por consequência, examine "*as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor*" (artigo 4º, XVI, Lei nº 10520/2002).

6. Ante o exposto, opinamos objetivamente pela retomada da licitação, procedendo-se à desclassificação da empresa Bravo Sierra Empreendimentos Eireli, em face do pedido ora em exame, com consequente instauração do procedimento de apuração de responsabilidade.

6.1. A par disso, a peticionária deverá ser notificada de que seu pleito foi recebido como *não manutenção da proposta*, e, portanto, estará sujeita à apuração de responsabilidade, com consequente aplicação da penalidade cabível, nos termos da condição 16.1. do edital do Pregão nº 32/2022, e art. 27, da Portaria PRE/TRE-BA nº 308/2022, acima reproduzidos (tópicos 3 e 4).

6.2. Nada impede que, após a notificação, nos termos acima delineados, a licitante efetivamente opte por "*executar os compromissos assumidos*", tal qual afirma no doc. nº 2005734, parte final.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 15/07/2022, às 12:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2006446** e o código CRC **31C116AA**.